

Duas Idades de Ouro

SILVA, Agostinho da. Duas Idades de Ouro.

O Estado de S. Paulo, São Paulo, 14 ago.1955.

Tratando da questão nos termos em que ela se poderia pôr se escrevêsemos de história natural, podemos afirmar que são errôneas à luz da ciência moderna todas as suposições de que a humanidade tivesse dado, desde o início da sua existência no mundo, provas de todos os defeitos que se lhe podem apontar. São, por exemplo, destituídas de todo o fundamento as afirmações de que a guerra é instintiva no homem ou que o pode definir, entre outros elementos, o afã de possuir. Os argumentos que se tiram para isso do estudo de populações chamadas primitivas são inteiramente sem valor, dado que os tais primitivos cujo exemplo se aponta são de fato povos, ou num estágio já adiantado de cultura que apenas se chama primitiva em comparação com a nossa, ou já com um contato de civilização bastante longo para lhe terem adquirido as características que se observam.

De cada vez que nos é dado entrar em relações com uma população realmente primitiva, o que se torna naturalmente cada vez mais difícil, e a podemos olhar sem os nossos preconceitos de civilizados, o que provavelmente é mais difícil ainda, verifica-se que estamos em presença de homens que, se têm as nossas qualidades humanas, aquelas que se revelam de cada vez que não está em jogo, contra uma concorrência, qualquer das circunstâncias que reputamos vitais, mostram uma ausência absoluta de todos os defeitos que acompanharam o desenvolvimento da civilização. O verdadeiro selvagem, e não o falso selvagem em que Montaigne ou Rousseau pensavam, é realmente bom: desconhece a guerra, considera como iguais no grupo o homem e a mulher, não tem a noção de propriedade, não maltrata a criança no sentido de lhe violentar a natureza para que ela se amolde ao padrão ideado pelo educador como sendo o mais útil à sociedade. E de resto não tem sociedade.

Torna-se efetivamente necessário que se não confundam grupo humano e sociedade. A sociedade é realmente um grupo estabelecido segundo uma certa estrutura legal e dirigido a um fim que se pode definir com toda a clareza: nesse sentido podemos falar de uma sociedade humana, ou no seu conjunto ou particularizada, como podemos falar de uma sociedade de formigas. Mas o grupo humano verdadeiro só existe quando esses laços sociais se desatam e desaparecem: quando nada mais existe ligando os homens do que o

gosto de estar juntos. Somos sociais quando trabalhamos na nossa repartição ou servimos no nosso regimento, fazemos parte de um grupo humano quando tomamos café com os nossos amigos ou olhamos juntos uma paisagem. Há sociedade de cada vez que a eficiência de um se multiplica pela eficiência de todos; e há grupo humano de cada vez que a contemplação de um se multiplica pela contemplação de todos.

Acontece, porém, que se se estudar um desses agrupamentos de povos primitivos pelo seu aspecto econômico, se tem de chegar à conclusão de que o seu modo de vida exige por um lado a manutenção do número de indivíduos num nível baixo e por outro lado que desfrute de uma extensão territorial bastante vasta: isto é, têm de ser poucos e de viver bem longe de outros grupos, dependendo naturalmente as áreas da sua produtividade. Todos esses povos vivem de fato de colher alimentos, não de os produzir; e só são verdadeiramente primitivos aqueles cuja alimentação consiste em frutos e raízes, o que, diga-se de passagem, mostra o carnivorismo como um estágio de civilização, não como uma necessidade vital.

Ora, é impossível, em vida natural, limitar um aumento de população, embora os nossos costumes sexuais sejam também, ao contrário do que parece, um estágio de civilização. Um aumento de população traz como consequência imediata uma diminuição das áreas disponíveis e, por conseguinte, a carência. Perante a carência, duas atitudes são evidentemente possíveis: a de a ela se resignar, morrendo, e é, por exemplo, o que acontece com animais de fácil reprodução abandonados a si próprios num espaço confinado; ou de se bater procurando meios de fabricação e de armazenamento. Foi esta última solução a que adotou o homem primitivo. Daí o sedentarismo; a propriedade coletiva ou particular, em que a primeira forma apenas atenua os males fatais que vêm de possuir e apenas permite formas mais amplas de técnica; todas as características sociais de um legalismo estatal; dum poder absoluto, ou quase, do pai; e de cultos religiosos, de que é tipo o romano, em que se afirma a disciplina social.

Quem principia uma batalha deve levá-la até o fim. Nós, na realidade, herdamos uma batalha, mas temos na mesma que a levar até o fim. Isto é, até podermos considerar que o grupo humano se libertou daquilo a que poderíamos chamar as suas limitações de área. Temos que levar as técnicas às suas últimas consequências, porquanto só as técnicas poderão assegurar a nossa sobrevivência criando os recursos que se não encontram na natureza. Quaisquer que sejam os riscos que possamos enfrentar, e que são os mesmos de uma guerra, temos de manter a disciplina social, e de aproveitar as ciências e as máquinas ao máximo que elas possam produzir. E é esta exatamente uma

das razões por que o poder sobre a ciência e sobre as máquinas tem de sair das mãos de particulares que na maior parte dos casos delas se servem apenas para fins mais do que particulares: particularíssimos.

Não creio que o futuro nos deva inquietar grande coisa: porque, ou a humanidade se salva, ou se destrói completamente. Os poderes concentrados hoje nas mãos do homem só dão para isso mesmo: ou ganhar ou perder. Não para se ficar na miserável situação intermédia que tem havido depois de tanta epidemia e de tanta guerra. Como só à metafísica compete dizer-nos o que sucederá se perdermos a partida, isto é, se desaparecemos da face da Terra, acho que devemos pensar na outra hipótese, a de ganharmos.

Não me parece, e aqui estou em desacordo com as escolas anarquistas, que seja possível abolir todo o vínculo social; acho, porém, que se atenuará a tal ponto que, praticamente, será como se não existisse. Teremos à nossa disposição todos os meios de subsistência que nos serão necessários. Não precisaremos mais de manter a mulher na posição subalterna em que até hoje a temos mantido, e que constitui, embora o não pareça, a pior história de escravatura que tem decorrido no mundo. E não precisaremos sobretudo, o que me parece um dos pontos mais importantes, de enviar crianças à escola: a qual escola, de qualquer tipo que seja, tem sido, apesar de todos os seus benefícios sociais, a principal responsável da antítese entre a espontaneidade e o gênio da criança e a domesticação e a mediocridade dos adultos.

Teremos levado assim a cabo uma reconquista da vida natural. Poderemos entregar-nos, livres de disciplinas sociais e de mutilações educativas, a uma vida criadora, que até hoje, e com toda a limitação, tem existido apenas para raros. É possível até que esta própria vida criadora, nas artes ou nas ciências, a vejamos um dia como característica da nossa fase de batalha e não como essência profunda da natureza humana. Reentraremos na vida natural. O que é certo, porém, é que para isso talvez não tivessem sido necessários tanta luta, tanta opressão, tanto desastre. Talvez a resignação à morte tivesse sido um caminho mais curto.

Só que nesse caminho mais curto não teríamos encontrado um elemento essencial para o futuro e sobre o qual, por muito repetido e diverso, longamente meditamos: o do sofrimento. E o sofrimento, e aqui reside porventura uma das lições essenciais do Cristianismo, nos levou a valorizar o amor. Amor que, por ser provavelmente o fundamental da criação, pode fazer que a dispensemos e, passando para além da vida natural com que se contentavam os nossos antepassados, acedamos àquela vida sobrenatural de plena unidade, àquela existência sobrenatural que é realmente digna da partícula divina que em nós brilha.